



Maria Clementina Pereira Cunha, **Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Carnaval não é de brincadeira

História social da festa carioca entre 1880 e 1920 perde pontos no quesito empolgação, mas tira 10 em pesquisa

por Rosa Maria Barbosa de Araújo

Por força da arte, da economia e da cultura, o carnaval carioca consagrou-se como uma das maiores festas populares do mundo. Não sem razão. O universo de cores e fantasias, a dança, a música, o ritmo e a alegria geral produzem um espetáculo magnífico e emocionante. Mas não se trata de uma ópera, e sim de uma folia.

Quando o cientista social vai estudar as raízes desse fenômeno, à luz de conceitos e teorias, ele corre o risco de construir uma peça melodramática. Ainda bem que o melodrama, assim como o bolero tem seu lugar e seus fãs, entre os quais me incluo. Para estes recomendo a leitura de *Ecos da Folia*, alertando para a antítese do tema com o estilo. O livro é grande, repleto de análises conceituais e descrições detalhadas das formas de festejar. É preciso estar ciente de que, neste caso, carnaval não é brincadeira.

O leitor avisado poderá aproveitar as qualidades de um trabalho acadêmico sério, fruto de pesquisa sistemática de fontes variadas, calcado em vasta bibliografia. Além de se aprender coisas novas sobre as origens remotas do carnaval carioca, o livro nos oferece uma análise pertinente de seus significados. Opondo-se à visão dos folcloristas que costumam identificar traços de permanência no Carnaval, a autora defende com êxito a visão dos historiadores, estes sempre mais dispostos a perceber conflitos, mudanças e sublinhar o movimento da sociedade.

O livro é dividido em quatro partes, que retratam cronologicamente os costumes carnavalescos predominantes na cidade do Rio de Janeiro entre 1880 e 1920. A primeira parte, chamada "Você me conhece?", descreve os mascarados, os jogos de entrudo, o zé pereira com seu bumbo, o cucumbis dos negros, o entusiasmo das senhoras com os limões de cheiro e as laranjinhas. Na Rua do Ouvidor, um grupo se divertia com a chamada prática de Guerra às Cartolas. Muito simples. A farra era impedir que os homens que tivessem de cartola, símbolo do vestuário da elite, assistissem ao carnaval com a cartola na cabeça. E pau na cartola! Por mais que os cronistas observem a evolução e o refinamento da festa, os ruídos bárbaros do zé-pereira perduraram por quase um século de folia, fosse à frente dos préstitos nos bailes de salão, ou nos palcos do teatro. Era visto por muitos como uma formidável bateria que alegrava a cidade. E o povo repetia: "Viva o zé-pereira que a ninguém faz mal, e viva a bebedeira nos dias de carnaval".

A segunda parte do livro, "Batalhas sem confete", mostra a vitória das Grandes Sociedades Carnavalescas sobre a "barbárie" do entrudo, perseguido sem trégua pela polícia, pelas autoridades e pela imprensa.

Utilizando-se de farto material documental, a autora nos apresenta aos encantos do Clube dos Democráticos, aos Tenentes do Diabo e aos Fenianos. Assim depreendemos que os préstitos, especialmente os "carros de idéias", foram fator determinante na crítica social, estimulando a Abolição, provocando crises ministeriais capazes de abalar a monarquia.

Desde então, a economia do carnaval era já significativa para o comércio de artigos carnavalescos e para pequenos negócios. Janelas e sacadas da rua de desfile eram alugadas a peso de ouro, tal o entusiasmo popular, ou melhor, das elites, pelo carnaval. Os pobres brincavam mesmo na rua ou nos bailes populares dos teatros freqüentados pelos chamados "sem vergonha".

A terceira parte do livro, "Mandiobas, pés espalhados e o ameno carnaval dos resedás", analisa a evolução e a competição dos gêneros e formas carnavalescas, destacando o papel dos ranchos e dos cordões, matrizes dos atuais blocos e escolas de samba. Era bastante comum que tanto cordões como ranchos adotassem títulos que indicassem sua inserção na cidade ou na festa. Assim tivemos os Filhos de Piedade, Estrela de Vila Isabel, Prazer da Providência. Os cordões recorriam ao humor para caracterizar sua própria origem de classe. Havia uma dezena de Teimosos, como os Teimosos de Madureira ou da Gamboa que conviviam com entidades autobotizadas de Caristia, Esfolados e Inimigos do Trabalho.

O texto aborda também as famosas reuniões em casa de Tia Ciata, reunindo brancos letrados, ricos poderosos misturados aos capoeiras em torno das rodas de samba, dos bailes, saraus e candoblés. Na última parte, "A Tradução da Tradição", a autora aplica instrumentos conceituais para identificar o Carnaval como um espaço coletivo que acentua as diferenças sociais e os conflitos. A análise é enriquecida pela visão de jornalistas e intelectuais de época que definiam a função cívica do carnaval. Olavo Bilac, por exemplo, acreditava que a festa expressava a identidade coletiva da cidade, mas não do país. Já Coelho Neto afirmava que os ranchos tinham a capacidade de traduzir e difundir a dignidade da pátria.

O livro termina com um epílogo de crítica cultural e política sobre o carnaval, que a própria autora desaconselha a leitura para os não iniciados no tema ou menos interessados no debate acadêmico. Observação utilíssima. Não pelo diálogo científico com outros autores sobre questões da mesma natureza, o que é feito com maestria. Mas por perder-se em considerações extemporâneas e genéricas que procuram explicar o Brasil. Não me parece necessário entender o Brasil em todo trabalho acadêmico. Para que fazer análise social unindo aleatoriamente questões culturais pitorescas do passado como cordões e ranchos carnavalescos, com episódios conjunturais do presente, como os arrastões das praias cariocas? Melhor fará o leitor em deixar de lado essas páginas e debruçar-se, com lupa, nas maravilhosas ilustrações de préstitos e fantasias da Revista Ilustrada, D. Quixote ou do Fon-Fon.

Rosa Maria Barboza de Araújo é doutora em História pela Universidade de Johns Hopkins; diretora Executiva da Editora da Universidade Candido Mendes e autora de *A vocação do prazer* (Rocco)

* Publicado no Jornal do Brasil, 14/04/2001.